

CONGRESSO INTERNACIONAL
“ORDENAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO
URBANO”
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS,
LISBOA, PORTUGAL, 24-26 NOVEMBRO 2004

A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS.

Por

SOFIA LAGINHO ANDRÉ

Introdução

A problemática do desenvolvimento das áreas mais atrasadas, as alterações socio-económicas que se produzem nestas sociedades aquando do processo de industrialização e os problemas ecológicos resultantes dos modelos de desenvolvimento e crescimento económico até agora implementados merecem cada vez mais uma especial atenção.

É por todos aceite que os actuais modelos de desenvolvimento e crescimento resultaram numa sobre-exploração dos recursos naturais do planeta, pelo que há que alterar os modelos de desenvolvimento e crescimento em vigor.

Neste sentido, foram lançadas novas teorias de desenvolvimento, sendo a mais famosa a do Desenvolvimento Sustentado, apresentada pela primeira vez no Relatório BRUNTLAND, que foi elaborado pela Comissão Mundial do meio ambiente e do desenvolvimento, e nele é estabelecido o desenvolvimento sustentado como método oficial para corrigir os efeitos da crise ecológica, definindo-se como “aquele que satisfaz as necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades”. (Continua...)

Como modelos de Sociedade temos a Tradicional, em que para satisfazer as suas necessidades, os membros da sociedade utilizam directamente os bens que lhes proporciona a natureza, submetendo-os a um mínimo de transformações.

A organização social pode ser diferente, dependendo da actividade principal, sendo empregue uma tecnologia arcaica nas diversas actividades produtivas, que é fundada numa divisão do trabalho elementar, em que as tarefas são distribuídas entre os sexos e entre as «classes de idade».

A divisão do trabalho, por ser rudimentar, é rígida: os homens não aceitam os trabalhos atribuídos às mulheres e vice versa. Uma tecnologia arcaica e uma divisão elementar do trabalho só podem dar lugar a uma produtividade muito escassa, sendo produzidos os bens de imediata necessidade para a sua subsistência e sua defesa.

A organização social da sociedade tradicional gira em volta de dois eixos principais: o parentesco e os grupos de idade. O parentesco é expresso no reconhecimento dos laços de sangue e dos vínculos de aliança, pelo matrimónio, que unem um conjunto de pessoas. Esses laços dão lugar a uma complexa rede de relações entre indivíduos de diversas idades, relações baseadas em direitos, deveres e obrigações explicitamente definidos e regulados por normas e prescrições as vezes muito estritas.

Um aspecto notável das categorias de idade está no facto de que o mágico, religioso e o profano misturarem-se e confundirem-se nelas. Acede-se a um estatuto ou se muda de estatuto passando por uns ritos mágicos ou religiosos. A fusão do sagrado e do profano confere à organização social uma certa globalização, um carácter unitário.

O homem da sociedade tradicional obedece a umas normas, uns modelos de conduta, que lhe são impostos em nome do sagrado e em nome da sociedade simultaneamente.

O controlo social, é exercido de uma forma directa e imediata, apesar do seu universo ser reduzido e todos os seus membros se conhecerem. Na aldeia, o marginal/o estrangeiro faz-se notar mais rapidamente do que na cidade e, sofre uma sanção imediata. Numa comunidade reduzida que vive fechada sobre si mesma, o controle de cada indivíduo por todos os demais exerce-se de uma maneira quase constante.

Na Sociedade Tecnológica, como consequência da expansão do meio técnico, a estrutura económica da sociedade tecnológica resulta infinitamente mais complexa do que a da sociedade tradicional. A economia tecnológica é uma economia de produção, que se caracteriza por uma produtividade muito elevada do trabalho humano, complementando o emprego da máquina, da electricidade, da electrónica, e da energia nuclear. A economia tecnológica é pois necessariamente extensa, internacional por

natureza, fundada sobre uma ampla rede de intercâmbios activados por um uso abundante do crédito e da moeda.

Ao contrário da sociedade tradicional, na sociedade tecnológica, a família é por regra geral somente uma unidade de consumo. O trabalhador produz para um mercado que em princípio desconhece. O seu lugar de trabalho nada tem haver com o lugar da sua residência. A produção distingue-se radicalmente do descanso, do ócio e do consumo.

Esta sociedade é também caracterizada por uma elevada taxa de necessidades de consumo. A publicidade e todas as formas de «promoção» dos produtos tendem a aumentar a oferta elevando cada vez mais o nível das necessidades dos consumidores.

O *status* social que uma pessoa é obtido pelo que faz, *status* este que deriva da sua própria actividade. Quando se deseja conhecer alguém na sociedade tradicional, pergunta-se «De quem és filho?», na sociedade tecnológica pergunta-se : «Que fazes?», ou ainda «Que faz o teu marido?».

Durante o processo de desenvolvimento nas sociedades tradicionais, põem-se em movimento fortes tendências para romper este isolamento da comunidade e induzir nos seus membros no interior diversas relações sociais com o exterior. Os que tem um status inferior na comunidade são os que penetram com maior facilidade a barreira levantada ao seu redor, do que aqueles que tem em maior grau de actuação comum com o resto da sociedade. Ela rompe com a estrutura da pequena comunidade e conduz por vezes, a que os membros de maior status reforcem o seu isolamento. Tal provoca o aumento de conflitos, a nível social e pessoal, e durante o processo as antigas lealdades tendem a ser substituídas por lealdades para com a sociedade mais ampla. A família perde o seu lugar como unidade produtiva e outorgadora da segurança económica, nas sociedades onde teve lugar uma industrialização e onde as ligações de carácter económico se sobrepõem às ligações de parentesco, e naquelas em que a segurança económica se obtém através da acção governamental, e de outros esquemas de segurança.

A persistência de tradições no comportamento social pode ser um factor importante que mitiga algumas deslocações e desorganizações que tendem a acompanhar a rápida industrialização e transformação técnica.

Durante este curso, e após estudo de diversas teorias económicas, chegámos à conclusão de que era essencial que se altere o quadro económico dos países mais pobres, através de reais políticas de desenvolvimento sustentado desses países, e de desenvolvimento “controlado” dos países industrializados. De desenvolvimento sustentado dos países subdesenvolvidos, em que se crie riqueza e bem estar das populações e se promova a protecção e regeneração dos recursos naturais. Desenvolvimento “controlado” dos países industrializados, em que continue a criar riqueza, não à custa dos recursos naturais limitados do

planeta, mas com base em tecnologias alternativas amigas do ambiente, e apoiando as políticas de desenvolvimento sustentado dos países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento sustentado que eu me refiro não é o indicado pelo Relatório BRUTLAND, mas sim um, que efectivamente defenda a cultura, forma de viver dos povos economicamente atrasados, e em que se promova uma real defesa dos recursos naturais.

Para terminar gostaria de referir um relatório do World Wildlife Forum, divulgado no dia 19 de Agosto de 2002, sob o título «Sustainability at the Speed of Light», que demonstra que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável do planeta, em vez de acelerar a sua destruição. Esse documento salienta o modo como as TICs - definidas enquanto "qualquer produto ou sistema que comunica, armazena e processa informação" - poderão ter um impacto positivo nas actividades humanas, caso sejam geridas correctamente.

As fronteiras são espaços criados pelos homens, linhas imaginárias traçadas pelos cartógrafos, inicialmente criadas com intenção militar para mais tarde passarem a ser espaços sociais.

A fronteira Hispano-Portuguesa é uma das mais antigas da Europa, contando com 1.234 Kms.

As regiões transfronteiriças no geral são regiões caracterizadas pelo seu baixo desenvolvimento quando comparadas com as restantes regiões do país, pode-se dizer que existe de facto grandes discrepâncias entre essas regiões.

O que leva a destacar a *Teoria Centro-Periferia*, segundo a qual se constata que os países do Centro eram mais desenvolvidos enquanto que os da periferia teriam um nível de desenvolvimento mais baixos.

As regiões transfronteiriças têm bem visíveis particularidades que as definem, sendo imperativo alterar os padrões de desenvolvimento nalguns patamares.

Relativamente aos obstáculos causados pela fronteira Hispano-Portuguesa são de referir:

1. Obstáculos de carácter institucional, ou seja, existem diferentes níveis de competências entre Portugal e Espanha, sendo que em Portugal temos um sistema centralista e descentralizado nas regiões Espanholas;
2. Obstáculo orçamental, existe legislações distintas que não vêm favorecer a existência de orçamentos conjuntos;
3. Obstáculos de ordem cultural, as diferenças na língua, nos costumes, agora não tão importantes dada a entrada dos dois países na União Europeia;

4. Obstáculos económicos, regiões da Extremadura, Beira interior e o Alentejo são regiões nas quais existe pouco desenvolvimento e uma fragilidade entre as instituições e as empresas.

Estes obstáculos não têm que ser, forçosamente, um elemento de atraso, nem limitadores do desenvolvimento. O vínculo fronteiriço gerou relações e comércio, nem sempre de acordo com a legalidade vigente, de tal forma que foi um modo de subsistência de muitas pessoas e motor de desenvolvimento local, que deve continuar a afirmar-se.